



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



4 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Arlindo Porto; Senhor Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Antônio Ernesto de Salvo; Senhor Senador Jonas Pinheiro, que representa o Congresso Nacional neste instante; Senhores Parlamentares aqui presentes; Senhores Presidentes das Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e dos Transportes; Senhores Diretores e Conselheiros da Confederação Nacional da Agricultura; Senhoras e Senhores;

A minha presença neste ato tem um significado que já foi enunciado pelo Dr. Antônio de Salvo: é o reconhecimento do Presidente da República aos esforços feitos pela agricultura brasileira num momento decisivo da vida nacional, quando tivemos que enfrentar desafios que estavam acorrentando o nosso país a um destino de mediocridade – nas palavras do Dr. Antônio de Salvo –, e foi preciso tomar medidas que implicavam sacrifício para vários segmentos da sociedade brasileira. E o Presidente foi um dos que, de público, mais reconheceram o sacrifício da agricultura. Hoje, estamos aqui para agradecer esse imenso esforço que foi feito nestes últimos anos

pela agricultura brasileira. E não o digo por retórica, digo-o porque é verdadeiro.

A perda da renda agrícola foi grande. Ela se deveu não ao programa de estabilização, mas, sim, aos estertores de um grande processo inflacionário e de descontrole da administração pública brasileira – e também da empresa privada –, porque a inflação engolfou a tudo e a todos e acabou por quase transformar este país numa imensa ciranda financeira, numa especulação infrene, em que aqueles que trabalhavam não tinham condições de cumprir seus compromissos, que eram engolidas por aqueles que especulavam. Esse era o Brasil de poucos anos atrás.

Esse é o Brasil que nós queremos deixar rapidamente para o passado, para encarar uma nova realidade e desenhar um futuro que seja mais promissor. Há razões de sobra para que tenhamos otimismo. Primeiro, a resistência desse povo, que foi capaz, a despeito de todas as dificuldades, de continuar trabalhando, de enraizar a democracia e continuar tendo aquilo que é essencial na vida: crença. Foi capaz de continuar acreditando. Segundo, porque nós, realmente, temos condições excepcionais, uma vez organizados os setores fundamentais e estratégicos do País, para enfrentar os desafios do próximo milênio.

Talvez poucas regiões do planeta disponham de tantas possibilidades como a região na qual estamos inseridos. E não me refiro apenas ao Brasil. Eu me refiro ao Mercosul. Eu me refiro à América do Sul. Creio que os senhores e as senhoras têm percebido o esforço grande do nosso país no sentido de marcharmos para uma integração regional que nos dê mais espaço de mercado, que nos dê maior capacidade de presença e que permita que este pedaço do planeta possa ser um dos pilares do próximo milênio. Não tenho dúvidas quanto a isso.

No milênio que se aproxima, nós vamos ter, de início, quatro grandes blocos capazes de enfrentar os desafios do futuro: a União Européia – reafirmo, é a União Européia, não é o conjunto do continente –; a América do Norte, organizada no Nafta; o Japão, um pedaço da China e um pedaço do Sudeste Asiático; e a região que se está formando na América do Sul, ao redor do Mercosul.

Dizer que temos condições de participar dos destinos da humanidade e que esses destinos, eventualmente – e com a nossa torcida –, sejam mais benfazejos para a maioria da população não significa dizer que tenhamos assegurada essa posição, nem com o Mercosul, nem com o Brasil. Depende de nós. Depende da nossa capacidade de persistir num rumo. Depende da nossa capacidade de negociar, em nome dos interesses nacionais, aquilo que for melhor para que possamos palmeirar um caminho que nos leve à prosperidade.

A prosperidade não se consegue com milagres nem com retórica. Ela só se consegue com trabalho, com sinceridade, com decência e com a capacidade de colocar os problemas, de sentar-se à mesa e, sem que cada um deixe de dizer o que deseja e mesmo de insistir sobre o que deseja, de não perder o sentido de que ou chegamos a uma resultante capaz de permitir um avanço coletivo, ou a intransigência das partes leva ao impasse, que termina por ser negativo para o conjunto da população brasileira.

Quero agradecer, aqui, a capacidade que os senhores tiveram de perceber que nós, naquele momento, precisávamos – como precisamos – de uma ampla capacidade de negociação, no bom sentido da palavra.

Tenho experiência, já de alguns anos, de lidar com as lideranças agrícolas, no Congresso e fora dele, e com lideranças patronais e de trabalhadores. Como sabem os senhores, nunca me recusei a conversar com qualquer setor. Conversei com a CNA, conversei com a Con>tag, conversei com o MST – e converso com as confederações e federações de quaisquer segmentos organizados do Brasil. Tenho a convicção, pela minha experiência nestes anos, de que os senhores tiveram uma posição construtiva. Muitas vezes, parecia impossível que se encaixasse a solução de um problema. Aqui foi mencionada a securitização. Quantas dificuldades, quantas dúvidas, quantas incompreensões de parte a parte, mas, finalmente, caminhamos na direção certa.

Agora, com um assunto talvez mais difícil ainda, já mencionado pelo Dr. Antônio de Salvo, que é o da reforma agrária, aconteceu da mesma maneira. Em raras ocasiões da nossa história, foi possível tanta convergência, a despeito das intransigências de alguns grupos

que pensam que só eles são portadores do futuro e só eles falam pelo conjunto da nacionalidade. A despeito dessas incompreensões, nós persistimos na via da negociação e do respeito alheio, sem o qual não há possibilidade nenhuma de que os avanços sejam eficazes. Mas temos avançado.

Até mesmo em matérias tão delicadas como as que estão hoje em discussão no Congresso Nacional, como a que diz respeito ao Imposto Territorial Rural, temos tido apoio. Apoio – repito – não quer dizer adesão a todas as propostas do Governo. Governo democrático não espera nunca adesão: espera apoio, que é uma coisa diferente, que é a compreensão do problema e a tentativa de resolver junto eventuais dificuldades. Os senhores sabem, também, que a disposição do Governo tem sido sempre essa, e, ainda agora, nesse caso específico do ITR, neste exato momento, continuamos discutindo para melhorar, para aperfeiçoar e para evitar que, eventualmente, com o afã nosso de resolver problemas, possamos impensadamente criar novos problemas. Disse sempre, e repito aqui: um governo consciente de suas responsabilidades não tem nenhum problema em mudar de posição e recuar, desde que haja uma argumentação consistente que mostre onde está o erro e aponte o caminho certo.

É com esse espírito que temos conversado, amplamente, em todos os momentos mais delicados do encaminhamento das questões nacionais. Mas também creio que nós, hoje, temos já muita coisa de positivo a comemorar. Começamos a reconstruir as bases para que o setor produtivo brasileiro, especificamente o setor primário, possa vir, efetivamente, a ter uma participação mais justa no conjunto do produto nacional.

Espero que nós tenhamos, já no ano que vem, e daí para frente, crescentemente, safras mais condizentes com as nossas possibilidades. Acanha-nos dizer, muitas vezes, que melhoramos a safra em 3 ou 4 milhões de toneladas de um ano para o outro e, depois, recuamos. Não tem mais sentido, num país como o nosso, com terra abundante, com mão-de-obra competente, com capacidade empresarial, que o Brasil não tenha uma posição muito mais afirmativa

na produção agrícola – em vários itens da produção agrícola – e na produção pecuária.

Não tenho dúvida nenhuma de que basta olhar a dotação de recursos já referidos para percebermos que o Brasil tem condições excepcionais de se transformar, efetivamente, num país capaz não apenas de alimentar seu povo, mas de exportar, exportar muito, tanto na parte agrícola quanto na parte agropecuária. Estamos fazendo uma verdadeira revolução nessas matérias também.

Tenho me referido, com muita freqüência, aos grandes investimentos que já estão ocorrendo no Brasil. Afirmei recentemente, quando fui visitado por um conjunto de governadores e por uma empresa automobilística, que me orgulhava de dizer que, quando comecei o Governo, há dois anos, apenas dois estados produziam automóveis, São Paulo e Minas, e, hoje, São Paulo tem mais fábricas do que tinha há dois ou três anos, Minas tem mais fábricas, o Rio de Janeiro passou a ter fábricas, Santa Catarina terá uma fábrica de motores, o Paraná terá várias fábricas de veículos e o Rio Grande do Sul terá uma fábrica de veículos. E estou ansioso por poder anunciar ao Brasil que o Nordeste também terá uma fábrica de veículos. Isso significa que estamos expandindo a nossa base produtiva e agregando mais valor à nossa produção.

Freqüentemente, como é mais fácil perceber o progresso no setor secundário, da produção industrial – e nisto não vai nenhum menos-cabo à importância do setor secundário –, nós nos esquecemos de que também estamos fazendo, na área agrícola, na área pecuária, imensas transformações. O que está havendo de melhoria genética nos nossos rebanhos é considerável. A capacidade que tivemos – graças, inclusive, a uma empresa que sempre louvo, que é a Embrapa – de ocupar esses cerrados e de transformar em verdadeiros celeiros terras que, há muito pouco tempo, eram consideradas inúteis para a produção é outro importante fator de progresso para o Brasil, e está aí ao nosso alcance. A capacidade que temos tido, agora, de produzir sementes de melhor qualidade e também a capacidade que estamos tendo de discutir a Lei de Cultivares, que está sendo, neste momento,

aprovada pela Câmara dos Deputados, tudo isso mostra que estamos preparando o nosso setor primário para que ele possa, também, entrar nesta nova etapa em que o Brasil vai enfrentar os grandes desafios do próximo milênio.

Para isso, é preciso que tenhamos, no Governo, uma capacidade executiva muito intensa, e não me refiro apenas à área da agricultura, na qual temos, no Ministro Arlindo Porto, um eficaz ministro, que tem sido capaz de, mineiramente, ir resolvendo os problemas – e quase não os traz mais ao Presidente da República, porque não é necessária a ação do Presidente; não me refiro apenas ao Ministro da Reforma Agrária, que teve a capacidade, também ele, de transformar um problema que há poucos meses parecia que ia incendiar o País num problema que podemos tratar com objetividade e avançar naquilo que é fundamental: o assentamento dos que podem produzir, e não o assentamento dos que querem apenas criar dificuldades adicionais ao Governo.

Estamos avançando nessas áreas, mas precisamos de capacidade executiva noutras áreas também. Se nós já temos, hoje, condição mínima, e temos, de competir em nível internacional, precisamos aumentar a nossa capacidade de competição através de uma forte ação do Governo em parceria com a iniciativa privada, melhorando as nossas estradas, dando mais energia ao nosso país, energia elétrica, melhorando os nossos portos e barateando aquilo a que chamamos de custo Brasil, para o qual também o Governo já começa a ter ações muito concretas, como a redução do ICMS e a eliminação do ICMS dos produtos de exportação, como também dos produtos de importação para equipamentos.

Também estamos cuidando de produzir mais energia elétrica. Só, nestes dois anos, fizemos 70 contratos com o construtor privado, que vão adicionar à nossa capacidade energética uma quantidade substancial de megawatts, num valor, hoje, de 3 bilhões de reais, nesses novos contratos para gerar energia adicional.

Estamos privatizando alguns portos. Dir-se-á: com atraso. Porém com atraso devido não à falta de vontade política do Presidente e do

Governo, mas às dificuldades naturais de um processo de transformação global do País, que requer, muitas vezes, o convencimento de setores que não estão suficientemente convencidos do rumo a tomar. Estamos enfrentando essas questões.

Espero – e, aqui, há quem saiba disso – que, já na próxima safra, nós possamos escoar uma parte da produção de Rondônia e de Mato Grosso pela hidrovia do rio Madeira e do rio Amazonas, o que vai produzir uma queda imensa no custo do transporte dos grãos. Isso não custava tanto, e nós levamos séculos para descobrir que não podíamos basear todo o nosso sistema de transporte nas rodovias. Nós precisamos complementá-lo através das hidrovias, que têm, muitas vezes, vantagem competitiva insubstituível, que permitirá, portanto, ao Brasil ter um preço mais competitivo lá fora. Estamos trabalhando e vamos continuar trabalhando.

Quero dizer-lhes também que sou solidário com o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura nas suas palavras quanto ao fato de que os países do Primeiro Mundo pregam uma coisa e fazem outra.

Vamos partir agora para uma importante reunião da OMC, em Cingapura. A delegação brasileira está devidamente instruída para defender os nossos interesses e não aceitar esses subsídios implícitos que estão, muitas vezes, inviabilizando uma produção sem subsídios, como é a nossa. Cada vez que tentamos ampliar nossos mercados, vêm-nos com conversa de que aqui é que estamos subsidiando, quando, na verdade, são eles que subsidiam – e de maneira indevida – produtos agrícolas. Vamos continuar lutando nesse sentido. Não é fácil, mas temos condições de enfrentá-los.

O Ministro da Agricultura estará lá em Cingapura, assim como o Ministro da Indústria e do Comércio, o Ministro do Exterior e a área econômica, e todos têm consciência de que, para que possamos seguir adiante no próximo milênio, temos que negociar com muita firmeza os nossos interesses, para evitar que eles sejam, mais adiante, impossibilitados de avançar, em função de mecanismos, muitas vezes sutis, que estão sendo propostos em nível internacional.

Seremos firmes na defesa dos nossos interesses. Ser firme não quer dizer entrar em confrontações retóricas. Ser firme quer dizer ter a capacidade de entender tecnicamente, ter capacidade institucional de lutar num nível apropriado e não ceder onde não se deve ceder, embora possamos estar, o tempo todo, a tecer laus à necessidade de uma ordem mais livre, mas com a convicção de que essa ordem internacional mais livre, do ponto de vista do comércio, só será livre mesmo se for livre para todos, e não livre apenas para alguns em detrimento de outros. Vamos estar muito atentos a todas essas matérias

Quero me escusar de ter, talvez, falado em demasia, mas não queria perder a oportunidade de lhes dizer da compreensão que o Governo tem dos problemas da agricultura, da compreensão que temos a respeito das dificuldades que ainda persistem, mas, sobretudo, da absoluta confiança que temos de que, juntos, resolveremos esses problemas; de que aquilo que de imediato, eventualmente, não possa ser feito será feito progressivamente, porque este é um país que tem, realmente, como foi dito também, um grande destino, sob a condição de que todos estejamos à altura do País, de que todos sejamos capazes de olhar o horizonte e de não nos deixarmos perder por eventuais, por legítimos que sejam, interesses momentâneos, que podem, não obstante, interferir num processo de mais longo prazo.

Muitas vezes, quem governa é obrigado a não ceder e a dizer “não” a interesses que são até justos, mas não são oportunos. Há interesses que têm base, mas, eventualmente, enquanto não se criam as condições para que esses interesses que têm base possam não colidir com outros interesses que também têm base, é preciso frear e dizer “não”.

Governar não é tarefa fácil. Governar implica, sobretudo, coragem – discernimento e coragem – e, ao mesmo tempo, tranquilidade, prudência e capacidade de entender o ponto de vista do outro. Governar não é tarefa de uma pessoa. Governar, numa sociedade democrática, não é tarefa sequer de um governo: é tarefa do conjunto de um país. E, porque vejo que os senhores têm essas virtudes – e não só os senhores, mas, em muitos setores da nossa sociedade, já se

encontram essas virtudes – é que não tenho mais dúvida quanto à nossa capacidade, do Brasil, de ter governabilidade.

É por isso que, como Presidente da República, ao felicitar, mais uma vez, o Dr. Antônio de Salvo e todos aqueles que hoje tomam posse na Confederação Nacional da Agricultura, a minha palavra é de estímulo, a minha palavra é de confiança e a minha palavra final é de alguém que, por ser Presidente, precisa dos senhores, precisa de apoio – não para mim – para o Brasil.

Peço que continuem com espírito firme e com essa capacidade de entender os problemas e entender, sobretudo – e aqui também já foi dito –, que a nossa prosperidade não pode ser só de alguns, tem que ser do conjunto do País. E nós vamos ter que fazer um grande esforço para dar melhores condições de acesso à terra aos que precisam dela, de emprego aos que precisam de emprego, de recursos aos empresários que precisam de investir; e exercer a nossa capacidade, portanto, de fazer com que os frutos do progresso técnico não sejam controlados por um pequeno setor, nem do Estado, nem do campo privado, mas se distribuam mais justamente no Brasil.

Com esse espírito, com firmeza, mas com generosidade para entender as dificuldades e, sobretudo, com essa capacidade de sentir que, hoje, o que conta é o espírito de solidariedade, não tenho dúvida nenhuma de que vamos enfrentar os desafios que foram, aqui, tão bem desenhados pelo Dr. Antônio de Salvo e de que vamos entrar no novo milênio não só com uma agricultura próspera, mas com um país, no seu conjunto, próspero e democrático.

Muito obrigado aos senhores